

# GRADUADOS PROUNI: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE LICENCIADOS E NÃO LICENCIADOS

VERA LUCIA FELICETTI

## RESUMO

*Investir na formação do professor é uma das metas do Plano Nacional de Educação – decênio 2011-2020. Entretanto, questiona-se: Como os egressos dos cursos de licenciatura estão no mercado de trabalho? Estão satisfeitos com o trabalho atual? Estão atuando na área de formação? Há diferenças entre egressos Prouni dos cursos de licenciatura e os dos cursos de não licenciatura? O objetivo deste trabalho é mostrar um pequeno estudo comparativo entre graduados Prouni dos cursos de licenciatura e não licenciatura. A metodologia usada teve enfoque quantitativo e técnica descritiva e analítica inferencial. Entre os resultados apresentados evidencia-se a necessidade de estudos em âmbito maior, de modo a melhor entender as relações desses graduados no mercado de trabalho, envolvendo aspectos relacionados com a formação acadêmica, com o trabalho atual, com a remuneração e com a satisfação em relação ao trabalho.*

**PALAVRAS-CHAVE** LICENCIATURA • FORMAÇÃO DE PROFESSORES • PROUNI • MERCADO DE TRABALHO.

## **RESUMEN**

*Invertir en la formación de profesores es una de las metas del Plan nacional de Educación, decenio 2011-2020. Sin embargo, se cuestiona sobre cómo están en el mercado de trabajo los que egresan de los cursos de licenciatura. ¿Están satisfechos con el trabajo actual? ¿Están actuando en su área de formación? ¿Hay diferencias entre los que egresan del Prouni de los cursos de licenciatura y los de los cursos que no corresponden a la licenciatura? El objetivo de este trabajo es mostrar un pequeño estudio comparativo entre graduados del Prouni de los cursos de licenciatura y los que no lo son. La metodología usada tuvo un enfoque cualitativo y una técnica descriptiva y analítica de inferencia. Entre los resultados presentados se evidencia la necesidad de estudios en ámbitos más amplios, a fin de comprender mejor la relación de esos graduados en el mercado de trabajo, involucrando aspectos relacionados con la formación académica, con el trabajo actual, con la remuneración y con la satisfacción con relación al trabajo.*

**PALABRAS CLAVE** GRADUACIÓN • FORMACIÓN DE DOCENTES  
• PROUNI • MERCADO DE TRABAJO.

## **ABSTRACT**

*Investing in teacher education is one of the goals of the National Education Plan - Decade 2011-2020. However, the question is: How are graduates of teaching training courses doing in the job market? Are they satisfied with their current jobs? Are they working in their area of training? Are there differences between Prouni graduates from teacher training courses and others from regular undergraduate courses? The purpose of this paper is to show a small comparative study between Prouni graduates from teacher training courses and from regular undergraduate courses. We used a quantitative method and a descriptive and inferential-analytical technique. Among the results presented we highlight the need for studies in a larger context so as to better understand the relationships of these graduates in the job market, involving aspects related with their academic training, with their current job, with the pay they receive and the satisfaction they derive in relation to their work.*

**KEYWORDS** GRADUATION • TEACHER EDUCATION • PROUNI • LABOUR MARKET.

## INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 tem entre suas metas elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% na educação superior para a população de dezoito a vinte e quatro anos, garantindo a qualidade da oferta (BRASIL, 2011). Entre as estratégias para que tal meta ocorra estão: o fomento à oferta de educação superior pública e gratuita, com prioridade para a formação de professores para a educação básica, principalmente para as áreas de Ciências e Matemática, como também a diminuição do déficit de profissionais em determinadas áreas; o aumento da participação de grupos minoritários<sup>1</sup> na educação superior via a adoção de políticas de ações afirmativas; a promoção de estudos e pesquisas de modo a analisar a necessidade de articulação entre formação, currículo e o mercado de trabalho, considerando aspectos econômicos, sociais e culturais do País.

<sup>1</sup> Alunos identificados como em “desvantagens iniciais”, ou seja, diferenças apresentadas em relação a questões como: situação socioeconômica, gênero, raça, cultura, deficiências, local de residência e idade.

A meta de número 15 do PNE, decênio 2011-2020, objetiva garantir, por meio de parceria com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação específica de nível superior para todos os professores da educação básica, obtida

em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Fazem parte das estratégias da meta 15: a consolidação do financiamento estudantil para estudantes de cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sinaes,<sup>2</sup> permitindo a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica; a ampliação de programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, objetivando incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública; a institucionalização, no prazo de um ano de vigência do PNE – 2011/2020, de política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, de modo a ampliar as possibilidades de formação em serviço; a implementação de programas específicos para formação de professores para as comunidades quilombolas, as populações do campo e povos indígenas; a promoção da reforma curricular dos cursos de licenciatura assegurando o foco no aprendizado do estudante, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica; a valorização do estágio nos cursos de licenciatura, com o objetivo de promover um trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da rede pública de educação básica; a implementação de cursos e programas especiais para assegurar a formação específica na área de atuação aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício (BRASIL, 2011).

2 Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Ainda acerca da formação de professores, o PNE – 2011/2012 tem por meta garantir a todos os professores da educação básica formação continuada em sua área de atuação e formar 50% dos professores desse nível de ensino no âmbito da pós-graduação *lato e stricto sensu*.

As metas acima apontadas denotam a relevância dada à formação do professor, em especial para a educação básica, e a prioridade dada para a formação de professores de Ciências e Matemática. Isso é justificável, pois estudos apontam que a qualificação do professor está diretamente relacionada ao desempenho dos alunos (AUGUSTE, KIHN, MILLER, 2010).

Na realidade brasileira da educação básica, esse desempenho tem se mostrado, muito aquém do esperado e desejado.

A fragilidade da educação básica em nosso País é percebida através do Índice de Desenvolvimento Educacional (IDE), apresentado no relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2010, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Em 2007, o Brasil ocupava a 88ª posição em um *ranking* de 128 países, atrás da Bolívia, Equador e Paraguai (UNESCO, 2010). Resultados de avaliações como a Prova Brasil (BRASIL, 2006) e o *Programme for International Student Assessment* (PISA, 2006) apontam o fraco desempenho de nossos estudantes na educação básica. Portanto, é mister investir na melhoria desse nível de ensino, em especial na formação de professores nele atuantes, pois de acordo com Felicetti (2010, p. 3), “um profissional bem preparado pode proporcionar um ensino de qualidade, logo uma melhor aprendizagem”.

Junto à questão da formação docente, explícita nas metas do Plano Nacional de Educação, estão as políticas de ações afirmativas voltadas para a formação em nível superior de um novo perfil de graduados, ou seja, uma formação acadêmica para pessoas oriundas de grupos minoritários.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta uma breve associação entre ações afirmativas, o Prouni e alguns estudos acerca dos candidatos à carreira do magistério. Na segunda, consta a metodologia usada neste trabalho. Na terceira parte é apresentada uma análise comparativa entre graduados Prouni de cursos de licenciatura e não licenciatura, associando a questão da formação docente aos investimentos feitos nessa formação, via ações afirmativas. Na última parte, dispõem-se as considerações finais.

### **AÇÕES AFIRMATIVAS E OS CURSOS DE LICENCIATURA**

A adoção de políticas de ações afirmativas no ensino superior facilita o acesso, a esse nível de ensino, de pessoas oriundas de grupos minoritários, diversificando o perfil acadêmico e proporcionando um maior avanço econômico e social ao País. Para Bergmann (1996, p. 7), ação afirmativa é “planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos – em determinados empregos ou escolas [...]”.

Associada às ações afirmativas está a diversidade socioeconômica, religiosa, racial, entre outras. Na instituição de ensino superior, essa diversidade representa oportunidades de aprendizado, pois permite a convivência entre pessoas de diferentes condições socioeconômicas e origens, tornando essas instituições mais plurais e diferenciadas, tanto social quanto culturalmente, o que melhora a qualidade do ensino que oferecem.

Dentre as ações afirmativas adotadas no Brasil está o sistema de cotas instituído nas universidades públicas, para pessoas egressas do ensino público e para as egressas do ensino público autodeclaradas negras. Em 2009,<sup>3</sup> 75,44% das universidades federais, via política de ações afirmativas, adotavam alguma forma de acesso oportunizando a inclusão social de grupos minoritários.

Programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) fazem parte dessas ações e estão entre as metas e estratégias voltadas ao aprimoramento do professor. O programa UAB correspondente a uma rede nacional de educação superior à distância, com a participação do ensino superior público em parceria com estados e municípios. O objetivo é oferecer formação acadêmica para professores que já trabalham na educação básica e não são graduados.

Quanto ao acesso ao ensino superior privado tem-se o Prouni,<sup>4</sup> que destina bolsas de estudo parciais ou integrais para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; para portadores de deficiência, nos termos da lei; e para professores da rede pública de ensino, especificamente dada para os cursos de pedagogia, licenciatura e normal superior, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda familiar per capita mensal. Assim, o Prouni, além de contemplar bolsas para grupos minoritários, investe e incentiva professores atuantes na rede pública para o aprimoramento de seu saber ser e fazer, por meio da formação de nível superior.

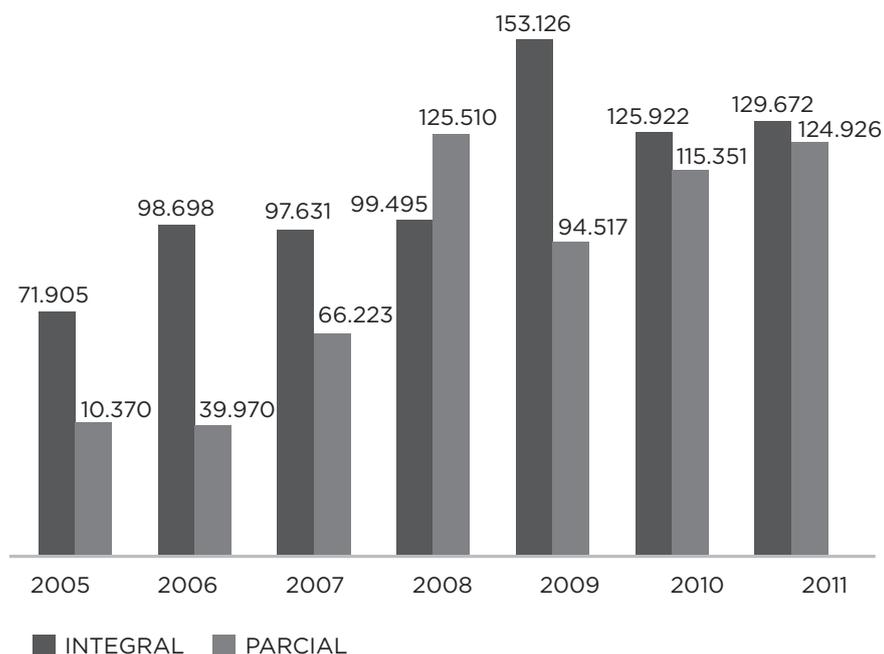
De acordo com os dados do Sisprouni<sup>5</sup> (2011), os benefícios ofertados pelo Prouni de 2005 até 2011 perfizeram um total de 776.449 bolsas integrais e 606.867 bolsas parciais, totalizando 1.383.316 bolsas. Na figura 1 estão apresentados os dados correspondentes a cada ano.

**3** O sistema de educação superior brasileiro, de acordo com o cadastro das Instituições de Educação Superior do Inep (2009), estava constituído, até janeiro de 2009, por 2.509 instituições, das quais 251 correspondiam às públicas e 2.258, às privadas. As públicas estavam divididas em 93 federais, 92 estaduais e 66 municipais. As federais eram constituídas de 36 universidades tecnológicas, 9 fundações, 2 institutos, uma escola nacional e 45 universidades. A análise realizada neste estudo não envolve as universidades tecnológicas. Os polos e/ou diversos *campi* existentes em muitas universidades federais não são mencionados.

**4** As bolsas integrais são concedidas para brasileiros com renda familiar *per capita* mensal de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio). As bolsas parciais de 50% ou de 25%, são concedidas a brasileiros cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos (BRASIL, 2005).

**5** O sistema do Prouni (Sisprouni) é uma base de dados informatizada que armazena todos os documentos e informações sobre instituições participantes e estudantes bolsistas cadastrados no Programa Universidade para Todos.

FIGURA 1 - Bolsas integrais e parciais ofertada



Fonte: Bolsistas Prouni 2005 - 2º/2011 (BRASIL, 2005; SISPROUNI, 2011).

O Sisprouni não apresenta informações sobre bolsas ofertadas e preenchidas de acordo com os cursos, por isso não se tem uma dimensão do impacto do programa na formação docente.

Atrelada ao perfil socioeconômico do candidato e à bolsa Prouni está a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Este é um exame de nível nacional organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Ministério da Educação – Inep/MEC. A nota obtida no Enem permite ao candidato concorrer a uma vaga tanto em instituições públicas que adotam ou consideram de alguma forma esse exame, quanto em instituições privadas via o Prouni.

O Enem estabeleceu no Brasil, pela primeira vez, de acordo com Castro e Tiezzi (2004) um padrão de referência (*benchmark*) para o término da escolaridade básica, da mesma forma que fazem alguns exames internacionais como, por exemplo, o *Scholastic Aptitude Test* (SAT) nos Estados Unidos.

O candidato ao Enem responde um questionário socioeconômico cujas respostas auxiliam o Ministério da Educação a aprimorar o Exame e a traçar o perfil dos estudantes que estão concluindo a Educação Básica. Como exemplo, cita-se o estudo apresentado no Boletim de Estudos Educacionais do

Inep (Inep/MEC, 2009). O Inep, baseado nas informações dos questionários de 2007 e nas notas obtidas no Enem, realizou uma análise do perfil dos pretendentes ao magistério. Nessa análise, observou-se que as pessoas que apresentaram maior probabilidade de escolher a carreira do magistério, entre os respondentes com 17 a 20 anos que realizaram o Enem em 2007 e assinalaram por uma profissão, são mulheres, estudaram sempre em escola pública, têm renda familiar de até dois salários mínimos, a mãe nunca estudou e obtiveram uma nota abaixo de 20 (numa escala de zero a 100) no Enem.

Estudos realizados por McKinsey & Company, em 2007, apontam que os dez países com melhores notas no Pisa selecionam os seus professores entre os melhores graduados. Entre os países, Finlândia e Coréia do Sul, somados à Cingapura,<sup>6</sup> têm como estratégia central em Educação, recrutar, preparar e reter os melhores acadêmicos. (AUGUSTE, KIHN, MILLER, 2010). A estratégia é selecionar 100% do seu quadro de professores entre os 33% melhores acadêmicos e, em seguida, trabalhar qualidades importantes, como um todo, à formação docente.

Através dos dados apresentados pelo Boletim do Inep/MEC (2009) pode-se inferir que é pouco provável que o sistema educacional brasileiro esteja selecionando seus professores entre seus melhores acadêmicos, uma vez que os candidatos apresentaram baixo desempenho no exame. Diferentemente, do que ocorre em países desenvolvidos e com as primeiras posições nas provas realizadas pelos seus alunos no Pisa, TIMSS, entre outros programas de avaliação.

Neste sentido, percebe-se a necessidade de estudos que envolvam não apenas dados oriundos de questionários sociodemográficos, que não constatarem se os respondentes de fato ingressaram na educação superior e, muito menos, se o concluíram. Isto significa que são necessários estudos comparativos envolvendo acadêmicos ingressantes no sistema universitário por diferentes formas de acesso, em especial via programas de ações afirmativas, além de estudos tanto no que compete ao percurso acadêmico como também ao acompanhamento dos egressos e inserções no mercado de trabalho.

Assim, questiona-se: Como os egressos dos cursos de licenciatura estão no mercado de trabalho? Os professores estão satisfeitos com o trabalho atual? Há diferenças salariais entre

<sup>6</sup> Cingapura não participa do Pisa, mas ficou em terceiro lugar no *Trends in International Mathematics and Science Study* (TIMSS) em 2007; e em 1995, 1999 e 2003 ficou em 1º lugar em Matemática e Ciências.

egressos de cursos de licenciatura e cursos de não licenciatura? Os profissionais estão atuando na sua área de formação? Há diferenças entre egressos Prouni dos cursos de licenciatura e os dos cursos de não licenciatura? O Prouni está corroborando para com o aperfeiçoamento do professor da educação básica?

Com o objetivo de tentar responder os questionamentos acima, este artigo apresenta uma análise comparativa entre egressos de cursos de licenciatura e não licenciatura, dos ingressantes no ensino superior em 2005, via o Prouni. Essa análise partiu dos estudos realizados por Felicetti (2011), em sua tese de doutorado, nos quais a autora observou diversas características tanto dos ingressantes quanto dos egressos Prouni de uma universidade comunitária do Rio Grande do Sul. Entre esses aspectos destaca-se o impacto que o Prouni desencadeia na universidade e na sociedade. Questões como empregabilidade, inclusão social entre outras são discutidas na tese.

Analisando o banco de dados de Felicetti (2011) acerca dos egressos Prouni na instituição acima mencionada, constatou-se alguns dados relevantes sobre os graduados dos cursos de licenciatura, os quais serão apresentados no decorrer do texto.

## **MÉTODO**

A abordagem metodológica usada neste trabalho teve o enfoque quantitativo, que permitiu observar frequências e relações acerca dos dados coletados (BOOTH, COLOMB, WILLIAMS, 2000). A análise foi descritiva e analítica inferencial, a qual proporcionou maior familiaridade com as questões de pesquisa (SILVA, MENEZES, 2001).

O estudo realizado por Felicetti (2011) sobre egressos Prouni não analisou áreas específicas, como por exemplo os cursos de formação de professores, ou seja, as licenciaturas, mas considerou as áreas em âmbito mais geral. A análise da autora envolveu 492 ingressantes Prouni em 2005 e graduados até o primeiro semestre de 2010. Dos ingressantes, 198 (40,24%) estavam formados e 186 (37,8%) continuavam seus estudos, sendo que, destes, 79 (16,05%) tinham previsão de formatura para dezembro de 2010, 93 (18,9%) haviam perdido e/ou desistido da bolsa e 15 (3,01%) transferiram-se para outra instituição.

Separando os dados de Felicetti (2011) referentes aos bolsistas Prouni – todos com bolsa integral –, em licenciados e não licenciados, foi possível encontrar, entre os 492 ingressantes, 98 (19,9%) que pertenciam a cursos de licenciatura. Dos 198 que estavam formados em julho de 2010, 61 (30,8%) eram graduados em cursos de licenciatura. Aos 198 egressos, foi administrado um questionário de pesquisa, dos quais 134 o responderam, equivalendo a 67,67%.

Este trabalho apresenta a análise de algumas das questões que permearam o instrumento de pesquisa de Felicetti (2011), quanto à situação dos egressos. Entre elas, eles estarem ou não trabalhando; sua remuneração salarial; se o trabalho era ou não relacionado com a formação; se eles estavam satisfeitos com o trabalho atual.

As análises abarcam, também, a observação de tabelas de cruzamento que evidenciam a relação das variáveis independentes e sua distribuição entre os graduados dos cursos de licenciatura e os dos cursos de não licenciatura, realizadas e testadas pelo qui-quadrado ou teste exato de Fisher, neste caso quando valores esperados das células foram iguais ou inferiores a 5. Foram adotados dois critérios de significância estatística: valores para “p” menores que 0,05 foram considerados estatisticamente significativos e valores de “p” entre 0,05 e menores que 0,1 foram considerados indicativos de significância (BÓS, 2004).

### **GRADUADOS PROUNI DAS LICENCIATURAS E NÃO LICENCIATURAS: COMPARANDO OS RESULTADOS**

Dos 134 respondentes do questionário ministrado aos graduados, 49 (36,6%) pertenciam aos cursos de licenciatura e 85 (63,4%) não. Entre os licenciados, 37 (75,5%) eram mulheres e 12 (24,5%) eram homens. Já entre os que não realizaram cursos de licenciatura, a proporção de gênero era 65 (76,5%) mulheres e 20 (23,5%) homens. Não houve uma relação significativa entre licenciados e não licenciados segundo gênero,  $p = 0,9$ . Isto significa que não há diferença significativa nos cursos versus pessoas do sexo masculino e feminino, pois a probabilidade de cursos terem a mesma distribuição por sexo é de 91%, ou seja,

há uma chance de 9% de a diferença de gênero em relação ao curso ser relevante.

Com relação a trabalhar durante o percurso acadêmico, observou-se que 46 (93,9%) dos licenciados trabalharam e 3 (6,1%) não. Entre os egressos de outros cursos, 79 (92,9%) trabalharam e 6 (7,1%) não. Não houve diferença significativa no percentual dos licenciados e não licenciados que trabalharam durante o período acadêmico, com  $p = 0,57$  (Fisher). Isso significa que a probabilidade da proporção dos licenciados que trabalharam durante o percurso acadêmico ser diferente da proporção de não licenciados que também trabalharam foi de apenas 43%. Por isso, não é possível afirmar que alunos de licenciatura trabalharam mais ou menos do que os estudantes dos cursos da não licenciatura. Observa-se que mais de 90% dos respondentes trabalharam durante o percurso acadêmico, o que reforça a constatação de que trabalhar para obter recursos para manter-se na universidade e muitas vezes, para contribuir na manutenção dos gastos na família consiste na realidade dos estudantes oriundos dos grupos minoritários. Para esse universo de estudantes, “sem trabalhar não há a possibilidade de permanência na universidade e, por extensão, de conclusão do curso” (FELICETTI, 2011, p. 211).

Na tabela 1 observa-se que dos 49 egressos em licenciatura, 48 (98%) estavam trabalhando quando responderam o questionário. Já entre os não licenciados, 75 (88,2%) estavam trabalhando e 10 (11,8%) não. Houve uma relação significativa entre licenciados que estavam trabalhando e não licenciados que estavam trabalhando, com  $p = 0,042$  (Fisher, uma cauda), ou seja, a relação entre licenciados que estavam trabalhando versus não licenciados que também estavam tem a probabilidade de 95,8% de ser verdadeira. A proporção de licenciados trabalhando foi significativamente maior do que a proporção de não licenciados trabalhando no momento que responderam o questionário. Entre os licenciados, 5 estavam fazendo Mestrado, sendo que somente 1 deles não estava trabalhando. Entre os não licenciados, 4 faziam mestrado, todos trabalhando.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), no final de 2008, com 1.200 recém-formados com bolsas integrais do Prouni, revelou que 80% desses egressos já estavam trabalhando (BRASIL, 2009).

Os resultados apresentados neste trabalho acerca de quem estava trabalhando são superiores aos encontrados pelo Ibope na referida pesquisa, pois mais de 90% dos graduados Prouni respondentes ao questionário estavam trabalhando.

**TABELA 1 – Egressos trabalhando e trabalho relacionado com a formação**

|                  | TRABALHANDO  |             |               | TRABALHO É RELACIONADO COM A FORMAÇÃO |             |               |
|------------------|--------------|-------------|---------------|---------------------------------------|-------------|---------------|
|                  | Sim          | Não         | Total         | Sim                                   | Não         | Total         |
| Não licenciatura | 75<br>88,2%  | 10<br>11,8% | 85<br>100,0%  | 54<br>72,0%                           | 21<br>28,0% | 75<br>100,0%  |
| Licenciatura     | 48<br>98,0%  | 1<br>2,0%   | 49<br>100,0%  | 27<br>56,3%                           | 21<br>43,8% | 48<br>100,0%  |
| Total            | 123<br>91,8% | 11<br>8,3%  | 134<br>100,0% | 81<br>65,9%                           | 42<br>34,1% | 123<br>100,0% |

Fonte: Elaboração da autora.

Ainda na tabela 1, observa-se que entre os 48 egressos das licenciaturas, que estavam trabalhando, 27 (56,2%) atuavam na área de formação e 21 (43,8%) não, percentagem essa maior do que os 21 (28,0%) egressos de outros cursos, que estavam trabalhando fora da área de formação. Houve um indicativo de significância entre licenciados e não licenciados, para a questão de o trabalho estar relacionado com a formação, com  $p = 0,072$ . Isso significa que há uma chance de 92,8% de ser verdadeira a diferença entre a proporção de licenciados e não licenciados estarem trabalhando na área de formação. Destaca-se que o percentual de graduados dos cursos de licenciatura não atuantes na área de formação corresponde a mais de 40%. Não foram encontrados dados para comparação desses resultados na literatura brasileira, um o que compromete um melhor entendimento sobre a atuação dos licenciados no mercado de trabalho fora da área de formação.

Quanto à remuneração advinda do trabalho dos egressos respondentes, cujos dados constam da tabela 2, observa-se que 26 (53,1%) licenciados tinham uma remuneração de até R\$1.020,00;<sup>7</sup> 20 (40,8%) tinham uma remuneração entre R\$1.021,00 e R\$2.040,00 e somente 2 respondentes (4%) tinham renda salarial superior a R\$2.041,00. Ao passo que os

<sup>7</sup> À época de estudo, o salário mínimo era R\$510,00 e foi tomado como base de comparação.

egressos dos outros cursos apresentaram um percentual maior de pessoas com renda salarial superior a R\$2.041,00, ou seja, 12 (14,1%). Houve diferença percentual entre licenciados e não licenciados para remuneração do trabalho, quando agrupados entre salário de R\$2.040,00 ou menos e superior a R\$2.041,00 ( $p = 0,046$ ). Isso significa que a relação entre remuneração dos licenciados *versus* remuneração dos não licenciados tem uma probabilidade de 95,4% de ser verdadeira, ou seja, não licenciados tem remuneração maior do que os licenciados. Observa-se que mais de 50% dos egressos dos cursos de licenciatura tinham remuneração inferior a dois salários mínimos, e o percentual dos graduados das outras áreas, que recebiam a mesma faixa salarial, correspondeu a menos de 40%. Essa constatação pode representar uma desvalorização salarial da profissão docente. A remuneração docente, segundo Sahlberg (2011), deve estar no mesmo patamar de qualquer outra profissão com igual nível de formação. Para esse autor, professores são profissionais de alto nível, como economistas ou médicos, logo necessitam ser remunerados da mesma forma.

**TABELA 2 - Remuneração do trabalho dos respondentes**

|                  | REMUNERAÇÃO DO TRABALHO ATUAL |              |                     |                     |                  | Total       |
|------------------|-------------------------------|--------------|---------------------|---------------------|------------------|-------------|
|                  | Nenhum                        | Até R\$1.020 | R\$1.020 a R\$2.040 | R\$2.041 a R\$3.060 | Mais de R\$3.061 |             |
| Não licenciatura | 10<br>11,8%                   | 31<br>36,5%  | 32<br>37,6%         | 4<br>4,7%           | 8<br>9,4%        | 85<br>100%  |
| Licenciatura     | 1<br>2,0%                     | 26<br>53,1%  | 20<br>40,8%         | 1<br>2,0%           | 1<br>2,0%        | 49<br>100%  |
| Total            | 11<br>8,2%                    | 57<br>42,5%  | 52<br>38,8%         | 5<br>3,7%           | 9<br>6,7%        | 134<br>100% |

Fonte: Elaboração da autora.

Com relação à remuneração salarial e ao trabalho estar ou não relacionado com a formação acadêmica, observa-se na tabela 3 que, entre os licenciados, a proporção de maiores salários está entre os que atuam na área de formação. O maior número, 25 (46,3% dos 54) de egressos não licenciados atuavam na sua área de formação com a remuneração de R\$1.021,00 até R\$2.040. O mesmo não ocorre com o maior número de

egressos das licenciaturas, já que 15 (71,4% dos 21) não atuavam na área de formação e tinham uma remuneração de até R\$1.020,00 contra 11 (40,7% dos 27) que atuavam na área, com a mesma remuneração. Dos licenciados que estavam na faixa de R\$1.021,00 até R\$2.040, 14 (51,9% dos 27) atuavam na área de formação e 6 (28,6% dos 21) não. Houve apenas 1 licenciado em cada uma das duas últimas faixas, ou seja, 1 (3,7% dos 27) com remuneração de R\$2.041,00 até R\$3.060,00 e outro com mais de R\$3.061,00. Entre os 54 (72% dos 75) não formados em licenciatura e que atuavam na área de formação, 18 (33,3% dos 54) apresentaram remuneração de até R\$1.020,00; 3 estavam na faixa de remuneração de R\$2.041,00 até R\$3.060,00 (5,6% dos 54); e 8 contemplavam remuneração acima de R\$3.061,00 (14,8% dos 54). Dos não licenciados que não atuavam na área de formação, tem-se 13 (61,9% dos 21) com remuneração de até R\$1.020,00; 7 (33,3% dos 21) com salário de R\$1.021,00 até R\$2.040; e apenas 1 (4,8%) com remuneração entre R\$2.041,00 e R\$3.060,00.

**TABELA 3 – Relação entre remuneração salarial e trabalho relacionado com a formação para licenciados e não licenciados**

|                  | TRABALHO É RELACIONADO COM A FORMAÇÃO | REMUNERAÇÃO DO TRABALHO ATUAL |                     |                     |                  | Total       |
|------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------|------------------|-------------|
|                  |                                       | Até R\$1.020                  | R\$1.020 a R\$2.040 | R\$2.041 a R\$3.060 | Mais de R\$3.061 |             |
| Não licenciatura | Sim                                   | 18<br>33,3%                   | 25<br>46,3%         | 3<br>5,6%           | 8<br>14,8%       | 54<br>72,0% |
|                  | Não                                   | 13<br>61,9%                   | 7<br>33,3%          | 1<br>4,8%           | 0<br>0,0%        | 21<br>28,0% |
| Licenciatura     | Sim                                   | 11<br>40,7%                   | 14<br>51,9%         | 1<br>3,7%           | 1<br>3,7%        | 27<br>56,3% |
|                  | Não                                   | 15<br>71,4%                   | 6<br>28,6%          | 0<br>0,0%           | 0<br>0,0%        | 21<br>43,8% |

Fonte: Elaboração da autora.

Observa-se que a proporção de graduados com maior remuneração está entre os egressos que atuam na área de formação tanto para licenciados quanto para não licenciados. A relação entre estar atuando na área e não estar atuando na área para os não licenciados, agrupados até R\$1.020,00 e acima deste valor, obteve um  $p = 0,024$ . A mesma relação considerada somente

entre os licenciados obteve  $p = 0,034$ . O valor  $p = 0,024$  encontrado entre a remuneração dos não licenciados que atuam na área *versus* a dos que não atuam na área possui 97,6% de probabilidade de ser verdadeira. O valor  $p = 0,34$  encontrado entre a remuneração dos licenciados que atuam na área de formação *versus* os que não atuam a área indica que essa relação possui 96,6% de chance de ser verdadeira.. Calculando um “p” geral entre graduados que atuavam na área e os que não atuavam obteve-se  $p = 0,001$ , ou seja, a remuneração dos que atuam área de formação *versus* a dos que não atuam na área tem probabilidade de 99,9% de ser verdadeira.

Atuar na área de formação e ter melhores salários pode representar que ter uma formação de nível superior significa estar melhor preparado para o mercado de trabalho, já que a escolaridade oportuniza melhores escolhas e, por consequência, empregos melhor remunerados (VILA, GARCÍA-MORA, 2005).

Na tabela 4, observa-se que dos 56 graduados dos cursos que não são das licenciaturas, que estavam parcialmente e/ou totalmente satisfeitos com o trabalho atual, o maior número, 29 (51,8% dos 56) tinham remuneração salarial entre R\$1.021,00 e R\$2.40,00. Já entre os licenciados que estavam parcialmente e/ou totalmente satisfeitos com o trabalho atual, o maior número, 20 (48,8% dos 41) tinham remuneração até R\$1.020,00. Entre os 21 graduados não licenciados que estavam parcialmente e/ou totalmente insatisfeitos e/ou nem satisfeito e nem insatisfeito com o trabalho atual, o maior número 15 (78,9% dos 19) tinham uma remuneração salarial de até R\$1.020,00. O mesmo ocorreu entre os 7 licenciados que estavam parcialmente e/ou totalmente insatisfeitos e/ou nem satisfeito e nem insatisfeito com o trabalho atual, que totalizaram 6 (85,7% dos 7).

Houve relação estatisticamente significativa entre a satisfação com o trabalho atual e a remuneração para os não licenciados, quando agrupados até R\$1.020,00 e acima deste valor, com  $p = 0,0001$ , ou seja, a relação entre satisfação com o trabalho atual *versus* a remuneração, tem probabilidade de 99,99% de ser verdadeira para os não licenciados. Para os licenciados, houve um indicativo de significância entre a satisfação e a remuneração salarial, com  $p = 0,069$  (Fisher) quando agrupados até R\$1.020,00 e acima deste valor. Logo, a relação entre

satisfação com o trabalho atual versus a remuneração tem 93,1% de chance de ser verdadeira para os licenciados.

Destaca-se que, para os graduados não nos cursos de licenciatura, a remuneração é fator de satisfação; já para os licenciados essa relação foi menos significativa, entretanto, os dados aqui analisados não indicam a carga horária de trabalho exercida entre os respondentes. Outra observação é em relação à quantidade de respondentes não satisfeitos com o trabalho, que, entre os licenciados com remuneração acima de R\$1.021,00 foi apenas 1.

**TABELA 4 - Relação entre remuneração salarial e satisfação com o trabalho atual, para licenciados e não licenciados**

|                  | SATISFAÇÃO COM O TRABALHO ATUAL | REMUNERAÇÃO DO TRABALHO ATUAL |                     |                     |                  | Total       |
|------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------|------------------|-------------|
|                  |                                 | Até R\$1.020                  | R\$1.020 a R\$2.040 | R\$2.041 a R\$3.060 | Mais de R\$3.061 |             |
| Não licenciatura | Insatisfeito                    | 15<br>78,9%                   | 3<br>15,8%          | 0<br>0,0%           | 1<br>5,3%        | 19<br>27,3% |
|                  | Satisfeito                      | 16<br>28,6%                   | 29<br>51,8%         | 4<br>7,1%           | 7<br>12,5%       | 56<br>72,7% |
| Licenciatura     | Insatisfeito                    | 6<br>85,7%                    | 1<br>14,3%          | 0<br>0,0%           | 0<br>0,0%        | 7<br>14,6%  |
|                  | Satisfeito                      | 20<br>48,8%                   | 19<br>46,3%         | 1<br>2,4%           | 1<br>2,4%        | 41<br>85,4% |

Fonte: Elaboração da autora.

Observa-se, na tabela 5, que dos 55 graduados em cursos não da licenciatura que estavam parcialmente e/ou totalmente satisfeitos com o trabalho atual, 43 (78,2% dos 55) atuavam na sua área de formação. Para os licenciados, esse percentual foi menor, pois dos 41 que estavam parcialmente e/ou totalmente satisfeitos com o trabalho, 25 (61% dos 41) atuavam na área de formação. Dos 20 não licenciados que estavam parcialmente e/ou totalmente insatisfeitos e/ou nem satisfeitos e nem insatisfeitos com o trabalho atual, 11 (55%) atuavam na área de formação. Já entre os licenciados que estavam parcialmente e/ou totalmente insatisfeitos e/ou nem satisfeitos e nem insatisfeitos com o trabalho atual, somente 2 (28,6% dos 7) atuavam na área de formação.

**TABELA 5 - Relação entre o trabalho ser relacionado com a formação e a satisfação com o trabalho atual, para licenciados e não licenciados**

|                  | SATISFAÇÃO COM O TRABALHO ATUAL | O TRABALHO É RELACIONADO COM A FORMAÇÃO |             |             |
|------------------|---------------------------------|---|-------------|-------------|
|                  |                                 | Sim                                     | Não         | Total       |
| Não licenciatura | Insatisfeito                    | 11<br>55,0%                             | 9<br>45,0%  | 20<br>26,7% |
|                  | Satisfeito                      | 43<br>78,2%                             | 12<br>21,8% | 55<br>73,3% |
| Licenciatura     | Insatisfeito                    | 2<br>28,6%                              | 5<br>71,4%  | 7<br>14,6%  |
|                  | Satisfeito                      | 25<br>61,0%                             | 16<br>39,0% | 41<br>85,4% |

Fonte: Elaboração da autora.

Houve relação estatisticamente significativa entre a satisfação com o trabalho atual e o trabalho ser relacionado com a área de formação para os graduados nos cursos de não licenciatura, com  $p = 0,048$ , ou seja, a relação entre a satisfação com o trabalho atual *versus* atuar na área de formação tem 95,2% de probabilidade de ser verdadeira entre esses graduados. Isso significa que atuar na área de formação interfere na satisfação com o trabalho.

Já para os graduados nos cursos de licenciatura, não houve relação estatisticamente significativa nesse quesito, com  $p = 0,12$ , ou seja, a relação entre a satisfação com o trabalho atual *versus* atuar na área de formação tem uma probabilidade de 88% de ser verdadeira. As correlações encontradas entre estar trabalhando na área e satisfação com o trabalho atual vão em encontro aos estudos de De Vries et al. (2008) que apontam razões atinentes a estar satisfeito com o trabalho realizado, entre elas a reciprocidade entre a formação e o trabalho. Trabalhar na área de formação representa poder aplicar e desenvolver as competências construídas durante o percurso acadêmico; significa realizar com maior segurança e autonomia as funções que competem à formação específica, logo, obtendo melhores resultados no trabalho, e, por extensão a satisfação com o conquistado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se como ponto inicial nestes comentários finais o fato de a maioria dos graduados pelo Prouni, respondentes ao

questionário de pesquisa, estar trabalhando. Isto significa dizer que programas de ações afirmativas, como o citado, proporcionam às pessoas de baixa renda melhores condições de vida, uma vez que da formação em nível superior conquistada advém o emprego e, por extensão, a remuneração. Assim, o Prouni está oportunizando a formação acadêmica a um novo perfil estudantil, o de graduados no mercado de trabalho, contribuindo para com a diversidade cultural e socioeconômica, tanto dentro da instituição de Ensino Superior como na sociedade.

Entretanto, dados como o número de egressos dos cursos de licenciatura cujos graduados não estão atuando na área de formação, chamam a atenção e inferem alguns novos questionamentos. Será que o mercado de trabalho absorve mais profissionais oriundos de outros cursos que não as licenciaturas? Será que a desvalorização da classe docente faz com que recém-licenciados escolham atuar fora da área de formação? Por que licenciados pelo Prouni não atuam na área de formação? Esses licenciados já atuavam na carreira docente, antes do ingresso no Ensino Superior?

Nota-se que a relação entre satisfação e remuneração salarial para os licenciados não apresentou significância estatística. Sabe-se que a remuneração da classe docente em muitos Estados da Federação está abaixo do piso salarial do magistério, determinado pelo artigo 5º da Lei 11.738, de 16 de junho de 2008, e que foi reajustado em 27 de fevereiro de 2012 para R\$1.451,00 para o professor de nível médio em jornada de 40 horas semanais (BRASIL, 2012). A remuneração inicial do docente de nível superior, segundo Pinto (2009) corresponde à de profissões como técnicos em contabilidade, motoristas, carteiros entre outras que requerem estudos de nível médio. Conjectura-se, então, uma das possibilidades de resposta ao questionamento acerca da não atuação dos licenciados na área de formação: a remuneração salarial. Salário é um elemento que incentiva os estudantes a optarem pela carreira docente, mas também a não atuarem na área de formação, uma vez que a profissão professor exige, além da carga horária em sala de aula, horas extras para preparo das aulas e correção das atividades desenvolvidas pelos alunos. Assim, a desvalorização salarial da classe docente tende a afugentar alunos melhor preparados quando da escolha da profissão.

Os dados de Felicetti (2010), também não apontam se havia licenciados já atuando no magistério como docentes quando eles iniciaram os estudos acadêmicos. Assim, não foi possível observar se o incentivo dado pelo Prouni aos já docentes foi contemplado. Entretanto, salienta-se que não bastam incentivos que proporcionem aos docentes o aprimoramento do seu ser e fazer docente; é mister a valorização da profissão professor e, uma das formas de fazê-la é conferindo atenção à remuneração salarial oferecida. Neste viés, o piso salarial estipulado ao magistério pode ser entendido como uma tentativa de valorização da classe docente.

Diante dos resultados apresentados, evidencia-se a necessidade de estudos em âmbito maior, pois não bastam investimentos no que tange a formação do professor, há a necessidade de perceber onde e como se encontra esse professor após graduado. Não bastam estudos que evidenciem as características necessárias ao fazer e ser docente; são necessários estudos que permitam saber se esses licenciados estão sendo valorizados ou não no mercado de trabalho. Há a necessidade de estudos que apontem a empregabilidade e a satisfação dos graduados em cursos de licenciatura. Estudos que evidenciem o retorno dos investimentos dos programas de ações afirmativas via a formação do professor, para constatar se o licenciado atua em sua área de formação. São necessários também estudos que apontem os impactos causados pelos licenciados na sociedade, bem como na instituição em que atuam. E outros que permitam perceber a relação entre o desempenho dos alunos da educação básica e a formação do professor. Somente assim, poder-se-á avaliar e verificar como estão e/ou quem são os graduados dos cursos voltados à carreira do magistério. Há a necessidade, ainda, de estudos que envolvam tanto graduados pelo Prouni como graduados não Prouni de modo a melhor entender as relações desses graduados no mercado de trabalho, perceber o perfil dos licenciados e, em especial, o perfil do egresso Prouni.

Desta forma, os dados aqui encontrados respondem parcialmente aos questionamentos iniciais: Como os egressos dos cursos de licenciatura estão no mercado de trabalho? Estão atuando na área de formação? Estão satisfeitos com o trabalho atual? Há diferenças entre egressos Prouni dos cursos de licenciatura e os egressos dos cursos de não licenciatura?

Diz-se atenderem parcialmente porque os dados respondem

os questionamentos dentro do universo considerado: egressos do Programa Universidade para Todos, turma 2005, de uma instituição comunitária de Ensino Superior do Rio Grande do Sul. Assim, neste contexto, identificou-se como estão, no mercado de trabalho, tanto os graduados das licenciaturas como de outros cursos. Percebeu-se, das análises para ambos os egressos, a satisfação ou não com relação ao trabalho que tinham quando responderam o questionário e, também, as diferenças que permearam o universo destes graduados.

Entretanto, estudos futuros poderão abarcar análises sobre a efetiva contemplação das metas do Plano Nacional de Educação, decênio 2011-2020, voltadas à formação de professores, em especial no que tange aos graduados através de programas de ações afirmativas com o Prouni, aqui apresentado.

Também são importantes estudos que envolvam aspectos relacionados com a formação acadêmica, com o trabalho atual, com a remuneração e com a satisfação em relação ao trabalho. Se tais aspectos forem entendidos, há possibilidades de melhor articular as relações entre a formação de professores e o mercado de trabalho, proporcionando oportunidades de se repensar a relevância da diversidade estudantil no meio acadêmico e melhor entender os impactos que um novo perfil (egresso Prouni) de licenciados do Ensino Superior pode desencadear no contexto educacional em que atuam e na sociedade como um todo.

Melhor entender os aspectos acima, que envolvem o profissional em educação, permite perceber e entender com mais clareza os resultados de aprendizagem apresentados pelos estudantes da educação básica, uma vez que, atrelado a eles está o todo do fazer e ser docente e a valorização econômica, social e cultural da profissão.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTE, B.; KIHN, P.; MILLER, M. *Closing the talent gap: attracting and retaining top-third graduates to careers in teaching. An international and market research-based perspective.* McKinsey & Company: September, 2010.

BARTH, R.S. A personal vision of a good school. *Phi Delta Kappan*, n. 71, p. 512-571, 1990.

BERGMANN, B. *In defense of affirmative action.* New York: Basic Books, 1996.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. C.; WILLIAMS, J. M. *A Arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BÓS, Â. J. G. *EpiInfo sem mistérios: um manual prático*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Inep/MEC divulga os novos indicadores de qualidade das instituições de ensino superior brasileiras, 2009*. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/institucional/news09\\_06.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/institucional/news09_06.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resumo Técnico: censo da educação superior de 2009*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Bolsistas revelam em pesquisa as vantagens da graduação. 6 maio 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13346:bolsistas-revelam-em-pesquisa-as-vantagens-da-graduacao&catid=212](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13346:bolsistas-revelam-em-pesquisa-as-vantagens-da-graduacao&catid=212)> Acesso em: 18 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Na medida. *Boletim de Estudos Educacionais do Inep*, Ano 1, n. 3, set. 2009.

\_\_\_\_\_. Valorização do Professor. Piso do magistério deve ser reajustado em 22,22% e passar para R\$ 1.451,00. 27. fev. 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17542:piso-do-magisterio-deve-ser-reajustado-em-2222-e-passar-para-r-1451&catid=211&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17542:piso-do-magisterio-deve-ser-reajustado-em-2222-e-passar-para-r-1451&catid=211&Itemid=86)>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, 2005. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/LEI/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/LEI/L11096.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 301, de 30 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos – Conap, 2006. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Disponível em: <[http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/portaria\\_nr\\_301\\_2006.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/portaria_nr_301_2006.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2010.

BRASIL. Projeto de Lei n. 8035/2010 Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/PL/2010/msg701-101215.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2010/msg701-101215.htm)>. Acesso em: 29 out. 2011.

CASTRO, M. H. G. de; TIEZZI, S. A Reforma do ensino médio e a implantação do Enem no Brasil. Os Desafios da educação no Brasil, 2004. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/4ensinomedio.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

DE VRIES, W. et al. Conclusiones a contrapelo. La Aportación de distintas carreras universitarias a la satisfacción en el empleo. *Revista de la Educación Superior*, v. XXXVII (2), n. 146, p. 67-84, abr./jun. 2008.

FELICETTI, V. L. *Qualidade na educação superior e a dimensão do processo: o comprometimento estudantil nesse contexto*. In: LASA2010 – CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS,

29., 6 a 9 october, 2010, Toronto, Canadá. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2010/files/3722.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da Educação superior*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre: 2011.

MACKINSEY & COMPANY, 2007. Disponível em: <<http://mckinseysociety.com/closing-the-talent-gap/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

PINTO, J. M. de R. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, jan./jun. 2009.

PISA. SBPC – Órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. *Jornal da Ciência*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2006.

SAHLBERG, P. *Finnish lessons: what can the world learn from educational change in Finland?* New York: Teachers College, 2011.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC – Laboratório de Ensino a Distância, 2001.

SISPROUNI. *Bolsas ofertadas por ano, 2011*. Disponível em: <[http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes\\_graficas/bolsas\\_ofertadas\\_ano.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2011.

TEICHLER, Ulrich. Careers of university graduates: views and experiences in comparative perspectives. *Series Higher Education Dynamics*, v. 17, 2007.

UNESCO. *Financial crisis threatens to set back education worldwide, UNESCO report warns, 2010*. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/en/media-services/single-view/news/financial\\_crisis\\_threatens\\_to\\_set\\_back\\_education\\_worldwide\\_unesco\\_report\\_warns-1/back/18276/](http://www.unesco.org/new/en/media-services/single-view/news/financial_crisis_threatens_to_set_back_education_worldwide_unesco_report_warns-1/back/18276/)>. Acesso em: 19 jun. 2010.

VILA, L. E.; ARACIL, A. G.; MORA, J. G. The Distribution of job satisfaction among young european graduates: does the choice of study field matter? *The Journal of higher education*, v. 78, n. 1, jan./fev. 2007.

VILA, L. E.; GARCÍA-MORA, B. Education and the determinants of job satisfaction. *Education Economics*, v. 4, n. 13, p. 409–425, 2005.

---

**VERA LUCIA FELICETTI**

Professora doutora do Programa de Mestrado em  
Educação no Centro Universitário La Salle – Unilasalle  
[verafelicetti@ig.com.br](mailto:verafelicetti@ig.com.br); [vera.felicetti@unilasalle.edu.com](mailto:vera.felicetti@unilasalle.edu.com)

Recebido em: ABRIL 2012

Aprovado para publicação em: SETEMBRO 2012